

OFICINA DE ESCRITA: Letramentos em Redação¹

Camila dos Santos Padilha²

Ma. Gabriela Oliveira de Castro³

Dra. Veronice Camargo da Silva⁴

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo apresentar as ações de um projeto de extensão voltado para a promoção do respeito às diversidades sociais e étnico-raciais, utilizando práticas de letramento em redação. Realizado no Centro da Juventude – Cruzeiro, de junho a dezembro de 2024, o projeto desenvolveu uma Oficina de Escrita que utilizou materiais de autores negros, indígenas e da comunidade LGBTQIAPN+. O foco principal foi no sentido de fortalecer a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que promovem a inclusão das histórias e culturas afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, visando a construção de um ambiente educacional mais igualitário e respeitoso. Tais iniciativas são essenciais para a promoção da dialogicidade e do respeito à diversidade, buscando cumprir com exigências legais e inspirar uma transformação cultural que valorize a diversidade como enriquecimento do tecido social. Além disso, o estudo reflete sobre a importância de projetos que abordam a formação de educadoras conscientes e preparadas para lidar com a diversidade em sala de aula. O projeto, portanto, se posiciona como uma resposta às demandas contemporâneas por uma educação inclusiva e plural.

Palavras-chave: Letramentos; Diversidade étnico-racial; Educação inclusiva; Multimodalidade; Educação não escolar.

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.639, sancionada em 09 de janeiro de 2003, alterou a Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), inserindo os artigos 26A e 79B, que tornam obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Ensino Fundamental e Médio da educação brasileira. Posteriormente, através da Lei nº 11.645/2008, o mesmo artigo 26A passou a abranger também a história e cultura indígena como componente curricular obrigatório. Tais medidas resultaram diretamente na luta histórica dos movimentos negros e indígenas, fazendo valer, respeitar e cumprir a Constituição Federal de 1988, além de valorizar a importância da população afro-brasileira e dos povos indígenas.

¹ Artigo resultante de um Projeto de Extensão com fomento do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.

² Bolsista do Projeto de Extensão e Graduada em Letras – Português na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, camila-padilha@uergs.edu.br;

³ Doutoranda em Educação na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, gabriela-oliveira@uergs.edu.br;

⁴ Professora Coordenadora do Projeto de Extensão, Doutora e Mestre em Letras - Área de Concentração - Linguística Aplicada, veronice-silva@uergs.edu.br.



As práticas pedagógicas foram repensadas após a publicação das referidas Leis, inserindo a discussão sobre a violência causada pelo racismo e o quão prejudicial os preconceitos e as discriminações se apresentam na sociedade e refletem na escola, levando a discussões sobre maneiras de solucionar tal problema por parte de educadoras preocupadas com o desenvolvimento de educandos inseridos nesses grupos. Os desafios estão postos quando se perdura no ensino tradicional o predomínio de uma cultura eurocentrada, que invisibiliza as histórias de outros povos, fazendo com que suas contribuições para a formação da atual sociedade sejam vistas como inferiores. A partir do exposto, o presente trabalho objetiva apresentar as ações de um projeto de extensão voltado para a promoção do respeito às diversidades sociais e étnico-raciais, utilizando práticas de letramento em redação.

2 EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E O PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS

O presente estudo tem como objetivo apresentar as ações de um projeto de extensão focado na promoção do respeito às diversidades sociais e étnico-raciais por meio de práticas de letramentos em redação. As colaboradoras do projeto de extensão, objeto deste estudo, planejaram e desenvolveram uma Oficina de Escrita, de junho a dezembro de 2024 no Centro da Juventude – Cruzeiro, com a utilização de materiais produzidos e publicados por autores e autoras negros/as, indígenas e pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. O fortalecimento da luta pela implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, tão importantes para a reconstrução de um país no qual o respeito e a dialogicidade prevaleçam, é essencial para promover a igualdade no ambiente educacional e assegurar que todos os educandos tenham acesso a uma educação que valoriza a diversidade cultural e histórica do Brasil.

As leis, que tornaram obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, são fundamentais para fomentar a compreensão mútua e o respeito entre as diferentes etnias e comunidades que compõem a sociedade brasileira. Assim, o projeto de extensão busca cumprir um mandato legal e inspirar uma mudança cultural que reconheça e celebre a diversidade como um enriquecimento do tecido social.

As colaboradoras do projeto desenvolveram as atividades propostas em um espaço de educação não escolar, que acontece fora do sistema oficial de ensino e tem como premissas a prática social e o trabalho coletivo, sendo mais flexível e condizente com a demanda dos educandos. Nesse sentido, a educação não escolar aproxima-se da Educação Popular, como um espaço alternativo que objetiva a “emancipação social das classes populares” (Gomes, 2017, p. 30), valorizando os saberes e conhecimentos populares. Os espaços de educação não



escolar oferecem uma ampla variedade de cursos voltados à formação profissional, inserindo também pautas para uma formação cidadã e emancipatória. Por outro lado, a educação formal apresenta preceitos hierárquicos e burocráticos, devendo ser administrada conforme as leis vigentes às quais está submetida, por exemplo, legislações municipais, estaduais ou federais.

No Rio Grande do Sul, através da Lei Estadual nº 14.227/2013, foi instituído o Programa de Oportunidades e Direitos (POD), que é uma parceria do governo do RS, através da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estando presente em três municípios do Estado, que são: Alvorada, Porto Alegre e Viamão. Tendo como objetivo a geração de novas oportunidades e conhecimento para as juventudes dos territórios em que atua, o Programa, em termos dos objetivos específicos, visa: (i) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e ao mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da polícia no âmbito local; (iii) reduzir a reincidência da população jovem em conflito com a lei; e (iv) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinados ao grupo etário com mais alto risco (SJDH, 2016). Para executar os seus objetivos, o POD integra às comunidades os chamados Centros da Juventude (CJ), visando à implementação de uma cultura de paz, trabalho, profissionalização e socialização dos jovens e da comunidade na qual estão inseridos. Hoje, existem quatro CJs em Porto Alegre, localizados nos bairros Rubem Berta, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Restinga.

Caracterizados como espaços de educação não escolar, os Centros da Juventude criam oportunidades e buscam melhorar a qualidade de vida das comunidades, com investimentos em educação, esporte, cultura, empreendedorismo, segurança pública e atendimento socioeducativo. Esse projeto se propõe a atuar na área da educação, levando à prática da leitura e escrita com uma proposta de dialogicidade com uma pauta focada na diversidade, tanto racial quanto de gênero.

3 OFICINA DE ESCRITA

A Oficina de Escrita foi um projeto de extensão realizado de junho a dezembro de 2024 no Centro da Juventude – Cruzeiro, submetido e aprovado por Edital da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, com fomento do Tesouro do Estado, valor este destinado a uma bolsista de extensão. Importante salientar que o projeto de extensão “Práticas de Letramento em Redação: Oficina de Escrita – Ano 2” teve sua continuidade avaliada e aprovada por consultores *ad hoc*, tendo seu fomento do Tesouro do Estado do RS renovado para o ano de 2025.



Um ensino baseado em conceitos democráticos, antirracista e inclusivo utiliza materiais que abordam as múltiplas histórias e culturas dos diferentes povos, buscando “superar um hiato narrativo em histórias e culturas que são negadas ou sofrem tentativas de apagamento” (Castro, 2023, s.p.). A inserção de reflexões sociais, étnico-raciais e culturais tem o propósito de questionar a postura de aparente neutralidade preservada por docentes, instituições e currículos tradicionais.

A centralidade na escrita, segundo a BNCC (2018, p. 67), deve continuar sendo o foco na educação escolar, porém, o documento também considera os multiletramentos e os novos letramentos. Ao mesmo tempo em que as instituições de ensino procuram garantir o direito ao acesso às práticas dos letramentos que são academicamente valorizados, sendo eles a leitura e a escrita, as práticas sociais de linguagem não devem ser desconsideradas. Afinal, uma educação democrática e inclusiva tem um compromisso com a cultura e os letramentos locais e periféricos, nos quais a juventude precisa se reconhecer em suas pertencas culturais, com a devida valorização das práticas locais.

A multimodalidade, uma das perspectivas dos multiletramentos, é citada na BNCC como novos gêneros (como *post*, *tweet*, *meme*, *mashup*, *playlist* comentada, reportagem multimidiática, relato multimidiático, *vlog*, videominuto, *political remix*, tutoriais em vídeo, entre outros) que surgem, se transformam e potencializam novas oportunidades de construção de sentidos.

Este projeto de extensão desenvolveu o interesse dos jovens pelos saberes das culturas africanas, afro-brasileira, indígenas, além de fomentar o respeito pela diversidade de gênero, através da multimodalidade dos multiletramentos. A escolha por esse tipo de material se justifica pela possibilidade de ampliação da visão da vida e do mundo, facilitando o diálogo sobre a diversidade, preconceito, a discriminação e o racismo. De acordo com Gonsiorkiewicz e Carazzai (2016, p. 3):

Os professores têm a responsabilidade de instruir para o aperfeiçoamento da comunicação e o respeito à diversidade, a fim de despertar nos educandos a consciência da importância de cada sujeito, com suas diferenças culturais na formação da sociedade.

Práticas pedagógicas baseadas na multimodalidade auxiliam no despertar da consciência para a diversidade cultural e social na sociedade em que vivemos. A Oficina de Escrita não focou apenas nos aspectos formais da língua, como gramática e ortografia, mas se configurou como “um meio de comunicação e representação de significados em um sentido



mais amplo, mais rico e abrangente” (Kalantzis, Cope, Pinheiro, 2020, p. 22). O curso se fundamentou sob os preceitos do termo “multiletramentos”, que se refere a dois aspectos principais da construção de significado, o da diversidade social e o da multimodalidade. A diversidade social leva em consideração o contexto social, ou seja, as variações de convenções de significado em diferentes situações culturais e sociais. A multimodalidade se refere aos múltiplos meios de informação e comunicação existentes na atualidade. Ambos os aspectos estão intrinsecamente relacionados e interseccionados quando refletimos acerca de possibilidades para lidar com o racismo através das práticas de letramentos.

Os materiais didáticos comumente utilizados em sala de aula reproduzem a herança eurocentrada da raça branca, nos quais questões de representatividade social, econômica, religiosa ou cultural são refletidas. Considerando-se que a educação e a língua não são neutras, esses materiais são carregados “de significação para as relações de poder e para a ideologia” (Street, 2014, p. 130), neste caso, a ideologia dominante eurocêntrica. O silenciamento da memória e da história dos negros e dos indígenas produz uma percepção de que todo o conhecimento a que temos acesso é resultado do trabalho de pessoas brancas.

Os saberes formais e a racionalidade dos documentos reguladores da educação foram construídos com base em uma concepção eurocêntrica de história, cultura e conhecimento. O conhecimento considerado válido e capaz de compreender os fenômenos do mundo físico, natural e social é aquele produzido por um corpo seletivo de acadêmicos e profissionais, localizados nos locais de poder, como Europa Ocidental, primeiramente, e Estados Unidos, posteriormente. Outras formas de produzir conhecimento passaram a ser consideradas inválidas, assim como outros tipos de saberes, considerados não científicos, míticos. Trata-se de “uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se faz mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo” (Quijano, 2005, p. 126).

O pensamento e conhecimento do europeu sendo considerado como padrão/racional/científico e o dos outros povos, principalmente os povos do hemisfério sul, considerados como inferiores, acabaram por racializar o pensamento e as próprias pessoas. Dessa forma, “o elemento racial branco foi interpretado como o “eu” ideal a ser seguido, enquanto os demais grupos e seus saberes não foram valorizados na lógica binária moderna como contribuidores da diversidade” (Castro, 2023, s.p.). A educação que atende às práticas eurocêntricas e estadunidenses de escolarização, acaba sendo um dispositivo da racionalidade



moderna e hegemônica, ou seja, mantém saberes e conteúdos identificados com a história e a memória do ocidente epistemológico europeu com seus atributos coloniais escravagistas.

Um dos grandes desafios de um curso livre é o planejamento dos encontros para que os educandos se sentissem integrados e construíssem saberes. Considerando que a prática de leitura e escrita propicia compreensão histórica e cultural de povo e etnias, a organização de um planejamento no qual a análise das realidades, das identidades e das relações sociais tornou os encontros produtivos e interessantes para os jovens. O planejamento dos encontros e a escolha dos materiais utilizados ampliaram o conhecimento e a interação dialógica, buscando sempre a inter e a transdisciplinaridade.

A leitura do mundo em diferentes contextos, segundo os preceitos da diversidade social trazidos por Kalantzis, Cope, Pinheiro (2020), é de suma importância para a formação de um sujeito crítico e transformador, com uma ampla visão do mundo globalizado e das consequências do não entendimento ou não aceitação da imensa diversidade cultural e social.

4 METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma metodologia que combina práticas participativas e oficinas de escrita com foco nos letramentos, além de uma análise interpretativa dos dados coletados para atingir seus objetivos. As oficinas de escrita, realizadas no Centro da Juventude do bairro Cruzeiro, na cidade de Porto Alegre - RS, tiveram início no mês de junho e término no mês de dezembro de 2024. Para sua realização, foram utilizados materiais literários de autoria de pessoas pertencentes às comunidades negras, indígenas e/ou LGBTQIAPN+.

O projeto foi desenvolvido com a utilização de materiais produzidos e publicados por autores e autoras negros/as, indígenas e pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ e se propôs à construção de um espaço democrático e dialógico, nos quais alguns dos materiais utilizados e temáticas abordadas foram trazidas a partir da demanda dos educandos e avaliados pelas colaboradoras do projeto.

A proposta pedagógica submetida propôs a realização de oficinas, na qual cada uma teve a duração de dois encontros (sendo cada encontro de uma hora) e seguiu as seguintes etapas:

1. Leitura de um ou mais textos abordando uma determinada temática (podendo ser em diferentes formatos, respeitando-se a multimodalidade, exemplo: vídeo, música);
2. Discussão da temática;



3. Escrita dos educandos (iniciando com a escrita de um parágrafo e evoluindo no decorrer dos encontros);
4. Retomada de alguns pontos gramaticais a serem revisados para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da escrita.

Segundo a proposta do projeto e, seguindo os preceitos dos multiletramentos e da multimodalidade (Kalantzis, Cope, Pinheiro, 2020), os seguintes materiais foram utilizados durante as oficinas de escrita:

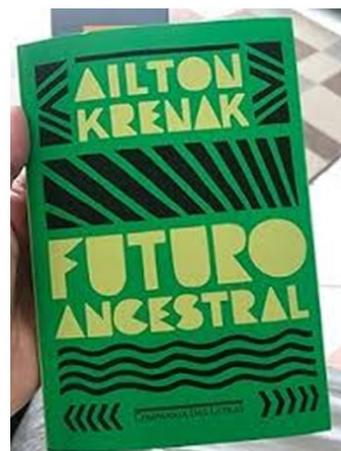
Vídeos

- Me gritaram negra – Victoria Santa Cruz
- Toda palavra – Viviane Mosé
- Negro drama – Racionais
- Podcast – Mano Brown
- Hutukara – Samba-enredo Salgueiro 2024

Livros (Figura 1)

- Quarto de despejo: Diário de uma favelada – Carolina Maria de Jesus
- Na minha pele – Lázaro Ramos
- Futuro ancestral – Ailton Krenak

Figura 1 – Capas dos livros utilizados nas oficinas



Fonte: Google imagens, 2024.

Desse modo, buscou-se fomentar o interesse dos jovens pelos saberes das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, além de incentivar o respeito pela diversidade de gênero. Para isso, a multimodalidade foi utilizada, sendo ela uma das perspectivas dos multiletramentos, que é citada na BNCC como novos gêneros (como *post*, *tweet*, *meme*,



mashup, *playlist* comentada, reportagem multimidiática, relato multimidiático, *vlog*, videominuto, *political remix*, tutoriais em vídeo, entre outros), que surgem, se transformam e potencializam novas oportunidades de construção de sentidos.

Portanto, entende-se que práticas pedagógicas baseadas na multimodalidade auxiliam no despertar da consciência para a diversidade cultural e social na sociedade em que vivemos. A partir da efetivação das práticas pedagógicas no espaço não escolar, com a promoção das práticas de letramentos em redação, o objetivo do fomento ao respeito às diversidades sociais e étnico-raciais será facilmente alcançado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das contribuições esperadas, porém, não tão fáceis de serem mensuradas a curto prazo, é a de as oficinas contribuam para o desenvolvimento de novas pesquisas acerca de materiais e metodologias escolares e não escolares, visando à amplitude de saberes que proporcionem tanto a identificação dos educandos com os materiais de referência utilizados, quanto a uma maior utilização por parte das educadoras de temáticas que dialoguem com as diversidades.

A utilização de materiais literários de autoria de pessoas negras, indígenas e LGBTQIAPN+ gera um forte senso de identificação e empatia, promovendo um ambiente de aprendizado mais acolhedor e representativo, alcançando o direito de pertencimento e inclusão em termos de diversidade cultural, racial e de gênero.

As discussões temáticas possibilitam uma troca rica de experiências e perspectivas, contribuindo para a formação de uma consciência crítica e para a valorização das diferentes culturas que compõem a sociedade brasileira. A abordagem multimodal das atividades, que incluiu vídeos, poemas e textos diversos, mostrou-se eficaz em captar o interesse dos educandos, facilitando a assimilação dos conteúdos e incentivando a produção criativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Oficina de Escrita se configura como uma iniciativa fundamental para a promoção da educação inclusiva e antirracista fora do contexto escolar tradicional. Por meio do uso de materiais produzidos por autores pertencentes às comunidades negras, indígenas e LGBTQIAPN+, a oficina proporcionou aos educandos participantes uma oportunidade única de se reconhecerem e se valorizarem, fomentando o respeito pela diversidade cultural e de gênero. A metodologia adotada, que incluiu a leitura, discussão e produção textual, fortaleceu as habilidades de escrita dos participantes, como também incentivou a reflexão crítica sobre



questões sociais contemporâneas. No Projeto, ainda foi realizada a primeira edição do Concurso Literário Juventude que Escreve, que contou com a participação dos jovens multiplicadores (JM), ocorrendo nos dias 12 e 13 de novembro de 2024. Durante o concurso literário, foram redigidos contos e minicontos, materiais que serão publicados e revisitados ao longo de 2025 para novas atividades.

A primeira edição do Projeto foi concluída em dezembro de 2024, tendo sua renovação devidamente avaliada e aprovada para o ano de 2025. Espera-se que essa experiência continue contribuindo para o desenvolvimento contínuo de práticas pedagógicas inovadoras que integrem a multimodalidade e valorizem a diversidade, promovendo uma educação democrática e transformadora.

Ao integrar questões de gênero em conteúdos trabalhados em espaços escolares e não escolares, as colaboradoras do projeto contribuíram para a formação de educandos conscientes e críticos, produzindo discussões em relação às desigualdades de gênero existentes na sociedade. Além disso, fomentaram o respeito à diversidade de identidades de gênero, proporcionando um espaço seguro para o desenvolvimento pessoal e escolar de todos os educandos, independentemente de sua identidade de gênero. Dessa forma, a educação comprometida com a diversidade de gênero fortaleceu os valores da igualdade e respeito, e, adicionalmente, preparou os educandos para serem agentes de transformação em uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva

A proposta de realização deste projeto de extensão está conectada a políticas de reconstrução social e educativas que visam à diminuição da vulnerabilidade e das desigualdades. Ao promover o respeito às diversidades e combater preconceitos, o projeto contribui para a integração social e o fortalecimento comunitário, valores que podem auxiliar em processos de recuperação econômica e social.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.html. Acesso em 15 dez. 2024.

Brasil. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.html. Acesso em 05 dez. 2024

Brasil. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em:



http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 16 dez. 2024.

Castro, Lavini. O que é e como construir um currículo decolonial? **Curso de Licenciatura em História a Distância – CLHD**, 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/clhd/2023/07/24/o-que-e-e-como-construir-um-curriculo-decolonial/>. Acesso em 26 dez. 2024.

Gomes, T. F. **Pré-Universitário Popular Alternativa**: formação inicial para a docência entre a educação formal e não formal. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1542>. Acesso em 05 dez. 2024.

Gonsiorkiewicz, K.L.; Carazzai, M.R.P. Músicas em Inglês com o Tema Racismo. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**: Produções Didático-Pedagógicas. Volume I. Paraná: 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_lem_unicentro_keylapassaringonsiorkiewicz.pdf. Acesso em 18 dez. 2024.

Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 8. ed. Série Sinal Aberto. São Paulo: Ática. 2005.

Kalantzis, Mary; COPE, Bill; Pinheiro, Petrilson. **Letramentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

Krenak, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

POD. **O que é o POD?**. Página inicial. Disponível em: <https://pod.rs.gov.br/inicial>. Acesso em 09 dez. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

Ramos, Lázaro. **Na minha pele**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

Rio Grande do Sul. Lei nº 14.227, de 15 de abril de 2013. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.227.pdf>. Acesso em 08 dez. 2024.

Street, B. V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

